

Homens, mulheres e crianças na ocupação dos vales dos rios Purus e Acre: aspectos sociais na Amazônia sul-ocidental de 1889 a 1904

Men, Women and Children in the Occupation of the Purus and Acre Rivers Valleys: Social Aspects in Southwestern Amazonia from 1889 to 1904

Daniel da Silva Klein*

RESUMO

O artigo discute o panorama social dos homens, mulheres e crianças que ocuparam os vales dos rios Purus e Acre no início do século XX, abordando temas relativos à idade, raça e meios de resistência. A base documental é proveniente das fichas deixadas por esses trabalhadores junto ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre, que estão sob a guarda da Universidade Federal do Acre. O método de exposição apresenta os dados seriais com narrativas de casos, aliando uma perspectiva micro-histórica para discutir os temas investigados. Assim, espera-se, como pano de fundo, enfrentar alguns silêncios da historiografia amazônica a respeito da expansão dos seringais nessa parte do Brasil, principalmente no uso insuficiente das fontes primárias para tratar desse assunto.

Palavras-chave: Seringueiros; Seringais; Panorama Social; Micro-história.

ABSTRACT

The article discusses the social panorama of the men, women, and children who occupied the valleys of the Purus and Acre rivers at the beginning of the Twentieth century, addressing issues related to age, race, and means of resistance. The documental base comes from the files left by these workers at the Instituto Histórico e Geográfico of Acre, which are under the custody of the Universidade Federal of Acre. The exposition method presents serial data with case narratives, combining a micro-historical perspective to discuss the investigated themes. Thus, we hope, as a backdrop, to confront some silences in Amazonian historiography regarding the expansion of rubber plantations in this part of Brazil, especially the insufficient use of primary sources to address this issue.

Keywords: Rubber tappers; Rubber plantations; Social panorama; Micro-history.

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, SP. danielasilvaklein1984@gmail.com
<<https://orcid.org/0000-0002-0190-2132>>

APRESENTAÇÃO

Algumas perguntas ainda pairam na historiografia a respeito da ocupação do vale amazônico no período em que a borracha figurou como principal produto explorado naquela região, principalmente no que diz respeito à composição social dos trabalhadores que formavam sua base produtiva. A presente investigação pretende dialogar com esses silêncios, apresentando dados seriais sobre as populações que ocuparam os vales dos rios Purus e Acre entre 1890 e 1903. Aliadas a essa demonstração, narrativas individuais aprofundam os dilemas colocados pelas fontes, trazendo as experiências sociais para a narrativa sobre o cenário analisado. Resta dizer que entendemos os contextos microsociais como sendo acionados nas execuções dos indivíduos socialmente organizados e que as estruturas sociais são, portanto, resultado dessas redes. Elas coagem as pessoas de volta, mas dependem da historicidade das redes sociais para existirem. Essa é uma leitura que se inspira em determinada micro-história social (Levi, 2000).

As fontes primárias aqui levantadas são as fichas dos seringueiros que tomaram parte nos levantes pela ocupação dessa região contra peruanos e bolivianos, hoje estado do Acre. Esses movimentos visavam a anexação ao Brasil e essas fichas foram guardadas ao longo das décadas de 1950 e 1970 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Acre, contendo os depoimentos prestados pelos próprios seringueiros ou suas herdeiras diretas, filhas ou viúvas. Essas fontes serviam como prova na requisição da pensão concedida aos veteranos daqueles conflitos conforme a Lei n. 380, de 10 de setembro de 1948.

Foram lidas 248 fichas, sendo que, em apenas um caso, temos uma mulher prestando depoimento para essa requisição. Elas foram lidas em ordem alfabética, agrupando-se as falas comuns em temas e, dentro deles, cronologicamente. Apareceram, portanto, os motivos que levaram esses seringueiros a saírem de suas terras de origem e seguirem para as regiões do Purus e do Acre, questões raciais de classificação dessas pessoas, resistências perante as rotinas de trabalho, o reconhecimento seletivo dos combatentes que receberam as pensões e as narrativas sobre as guerras pela posse do Acre. Os dois últimos temas, devido ao seu escopo de história política, ficam para outro momento, enquanto os demais entraram para a presente análise.

Quando se fala em ocupação do vale amazônico no final do século XIX, elabora-se, contudo, um conjunto de suposições numéricas sem qualquer lastro em pesquisa censitária serial ou dados qualitativos com relação aos seringueiros. Em um levantamento (Klein, 2013, pp. 46-47), verificou-se que Craveiro

Costa, por exemplo, afirma que a região que daria corpo ao futuro Território Federal do Acre produzia, em 1899, 20000 toneladas de borracha. Deduz que, para se produzir 12000 toneladas desse produto, seria preciso cerca de 40000 homens, logo, essa vasta região teria, portanto, 70000 pessoas quando da sua anexação ao Brasil. Leandro Tocantins, sem citar qualquer fonte, afirma que, no final do século XIX, essa mesma área era habitada por cerca de 10000 pessoas. Cleuza Maria Damo Ranzi, por sua vez, afirma que aquela zona atraía mais pessoas do que Amazonas e Pará.

Sobre essas deduções, inferências ou afirmações sem qualquer lastro documental, Roberto Santos já alertou, na década de 1980, que Celso Furtado e outros pesquisadores teriam inflacionado os números de emigrantes para a Amazônia. Afirma que dados gerais a respeito de transferências populacionais para essa parte do Brasil são esparsos e localizados (Klein, 2013, pp. 46-47).

Uma pesquisa efetuada com alguns desses dados esparsos foi feita pelo geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, que extraiu dados seriais de uma fonte eminentemente qualitativa, o *Álbum do rio Acre*, de Emílio Falcão. Publicado em 1906, há nele um conjunto de panorâmicas sobre os seringais da região, com descrições sobre seus proprietários, a quantidade de trabalhadores e os totais de borracha produzida por eles. Gonçalves elabora, a partir daí, análises tanto qualitativas quanto quantitativas sobre a formação de uma dada territorialidade seringalista naquele início do século XX, não produzindo quaisquer generalidades ausentes de base documentada (Gonçalves, 2003)¹. Essa é, portanto, uma iniciativa que revigora os campos de estudos das ciências humanas, ampliando as possibilidades de abordagens no que concerne a temas com lacunas documentais.

Assim, sem se pretender cair nas armadilhas das deduções ou em equívocos, dada à ausência de demonstração das fontes, objetivamos explorar a ocupação dos vales já citados no início do século XX partindo dos dois primeiros levantamentos censitários elaborados ali, entre 1899 e 1903. Quando José Paravicini foi nomeado administrador do vale do rio Acre pelo governo boliviano, em 1899, mandou efetuar um censo demográfico ao longo desse curso navegável. Levantou 68 seringais, que pertenciam a 56 seringalistas, com um total de 4864 pessoas. Dessas, 916 eram mulheres e 729, crianças. A partir desse levantamento, calculou que os moradores somados dos vales do Acre, do Purus e do Juruá oscilavam entre 9 e 15 mil pessoas (Paravicini, 1900).

Após a incorporação daquelas terras ao Brasil, o segundo administrador da Prefeitura Departamental do Vale do Rio Acre, Rafael Augusto da Cunha Matos, mandou efetuar um levantamento populacional entre as vilas de Xapu-

ri e Volta da Empreza, então sede administrativa – hoje parte do município de Rio Branco. 28 seringais foram visitados, sendo que havia neles 1553 homens e 619 mulheres. Para todas as regiões da nova unidade nacional, Cunha Matos diz haver, no mínimo, 9000 pessoas, e no máximo 15000 (Matos, 1904).

Os 247 homens e a única mulher pesquisada representam, portanto, um percentual razoavelmente significativo dessa população. Não se trata de uma amostragem definitiva, mas lacunar, parcial, porém, representativa. Se fizermos uma ponderação, aproximando esses dois censos, de que a população do Acre seria de algo em torno de 11000 pessoas, essas fichas representariam cerca de 2,5% desse total. Temos um número pequeno, mas lastreado em dados o mais próximo possível dessas pessoas.

Como as lacunas a respeito dos trabalhadores que vieram para o Acre nos tempos da borracha ainda persistem nos estudos históricos, vamos investigar essas fichas lacunares, percentualmente diminutas, mas significativas, tentando responder algumas perguntas: De onde vinham e com quantos anos? Quais as condições dessas viagens? Por que vieram para as terras acreanas? No que diz respeito à presença feminina, quais suas participações nas cadeias de aviamento? De que maneira os povos originários foram tratados? A tese que orienta tais problemas é a de que, sem as investigações micro e macrosociais a respeito dos seringueiros, utilizando-se de fontes primárias que deles se aproximem, é impossível se compreender a incorporação do Acre ao Brasil. Essa impossibilidade invalidaria, portanto, quaisquer análises dedutivas e sem amparo empírico, logo, um processo de releitura desse contexto deve ser enfrentado pela historiografia.

POBRES JOVENS VINDOS DE LONGE

Uma observação que salta aos olhos na leitura das fichas diz respeito ao fato de os trabalhadores que vinham para as várias regiões acreanas no final do século XIX serem muito jovens. A maioria deles nasceu entre os anos de 1883 e 1888, chegando aos vales entre 1900 e 1903, ou seja, com idades variando entre 17 e 20 anos. Pouco mais da metade dos 248 trabalhadores levantados tinha entre 17 e 18 anos, sendo que apenas 10 deles nasceram entre 1860 e 1870.

As crianças e os jovens vinham acompanhados de suas famílias, mas alguns mencionam padrinhos como seus patrões. O pernambucano Antônio José dos Santos nasceu em 1883 e emigrou no ano de 1901, na companhia de seu padrinho Virgílio de Souza. Veio para trabalhar como comboieiro com Souza, transportando bens comerciais para o coronel José Galdino e, assim, esperava enviar

dinheiro aos seus irmãos, que eram órfãos e muito pobres. Até mesmo nos combates pela incorporação do Acre ao Brasil ele se especializou em transportes de mantimentos, tanto que seu colega de luta, Emídio Ferreira Lima, disse que se recordava dele como carregador de água para a tropa, e que ele “serviu no abastecimento de mercadorias ao longo do rio Acre” (Santos, 1979).

Emídio Ferreira Lima foi o mais jovem trabalhador encontrado a vir sem seus familiares, chegando em 1894 com apenas 6 anos vindo do município cearense do Crato. Com o consentimento de seus pais, saiu de casa acompanhado de seu padrinho e de mais oito homens para trabalharem no seringal Guanabara. O homem que lhe trouxe era o próprio dono do Guanabara, o senhor Avelino Chaves, que atribuiu ao grupo as funções de extrair o látex e produzir a borracha. Emídio Ferreira, apesar de muito criança, ajudava os demais nessas tarefas. Com o tempo, passou a atuar, também, como comboieiro de víveres e mantimentos diversos, tanto que assumiu essa atividade nos combates em 1903 (Lima, 1974b).

Outro grupo de crianças e jovens desacompanhados de pai e mãe foram os que vieram com os tios, totalizando três casos. Antônio Rodrigues veio da Síria com seus tios e primos para trabalharem no seringal Santo Antônio; o cearense Enéas Euzébio era órfão de pai e sua mãe, que vivia na miséria e não conseguia criar seus filhos, autorizou seu irmão, Ambrósio, a trazê-lo como contratado; já Francisco Vitoriano saiu do Ceará com 19 anos, vindo para o seringal Capatará. Ele e seu tio vieram com um grupo de vários emigrantes, “com espírito de aventurar a sorte no corte da seringueira para a extração do látex” e, ao que tudo indica, experimentaram muitas aventuras. Alistou-se como artilheiro para os combates e, com o passar dos anos, ficou conhecido como Chico Vaqueiro, retornando ao Ceará pouco tempo depois de 1903. Mas em 1923, “com saudades, retornou ao Acre” (Costa, 1974; Sobrinho, 1960; Souza, 1974a).

Alguns relatos de senhores idosos, sobre as memórias infantis, nos demonstram como as crianças lidavam com as viagens, os trabalhos nos seringais e os combates naqueles inícios do século XX. Na viagem do vapor *Prompto*, de 1899, temos um indício das brechas abertas pelas crianças para resistirem contra a cadeia de aviamento. Gaspar Mascarenhas disse à sua esposa, Amélia Gomes, que viajou garotinho para o Acre com sua família, e ela lembra “que juntamente com eles viajava um garoto de nome João Sabino de Paula e que passavam horas brincando no convés do navio”. É notável como essas brincadeiras foram importantes, momentos de fuga daquele mundo, a tal ponto que Mascarenhas, mesmo com idade avançada, recordava-se delas e até mesmo onde seu amigo desembarcou, no seringal Benfica (Mascarenhas, 1975).

João Sabino disse que foi morar na colocação Jarinal, que fazia divisa com a Soledade, onde morava Francisco Carlos de Alencar, que tinha 6 anos em 1900. Com os combates pela posse das terras acreanas, os pais dos meninos foram convocados em duas ocasiões e eles permaneceram com as mães, que foram para o acampamento de refúgio do seringal Forte de Veneza. Na segunda convocação, para as lutas no rio Orthon, em 1903, ele afirma que

Nós, eu e João Sabino de Paula, ficamos ajudando nossas mães até a volta dos nossos heróis genitores. Infelizmente o pai do meu coleguinha e amigo morreu nos combates da Gironda, próximo a Porto Rico, isto é, na passagem para o cerco do Porto Rico. Meu pai voltou muito mais triste com a perda do nosso amigo e continuou na extração do látex (Alencar, 1975).

Trazidas às terras acreanas, essas crianças tinham que lidar com contextos de muita violência. Apesar disso, as memórias das brincadeiras e amizades perduraram por décadas, tanto que a linguagem carinhosa de Alencar é um indício forte de como esses momentos foram importantes para essas trajetórias de vida. Mesmo ficando órfão, o próprio João Sabino foi convocado para algumas patrulhas de mensagens na guerra, tendo presenciado a morte do tenente João Maia e do professor Raimundo da Silva Viana, no transporte das cartas de sublevação das tropas de Plácido de Castro contra os bolivianos. José de Souza Medeiros, que tinha 12 anos quando foi convocado em 1902, viu João Sabino, Manoel Benevenuto e outros meninos carregarem mantimentos, víveres e até mesmo borracha por viagens com mais de duas horas de duração, sendo que “nessa travessia é que estava o maior perigo, pois éramos todos de passar diante dos piquetes bolivianos as escondidas e de emboscadas pela floresta virgem” (Paula, 1973; Medeiros, 1975).

A juventude desses rapazes indica que os seringalistas procuravam trabalhadores fortes e que pudessem ser explorados por mais tempo, já que as rotinas dos seringais eram duras. Uma expressiva quantidade de crianças desacompanhadas de mães e pais é mais um indício das precárias condições de vida que tinham no Ceará, em Pernambuco e até mesmo em outros países, como a Síria. Isso é significativo, porque somente dez desses homens pesquisados tinham mais de 30 anos quando chegaram aos vales dos rios Purus e Acre.

Os mais experientes, contudo, parecem ter assumido postos mais estratégicos na organização produtiva da borracha. Nascido em Nice, França, Júlio Romeo desembarcou em Belém com 23 anos, no ano de 1893. Apesar de falar mal o português, era hábil com a contabilidade e ficou conhecido nas casas

aviadoras que serviam os seringalistas acreanos. Dez anos mais tarde, foi trabalhar no seringal Arapixi como Guarda Livros e, dali, mudou-se para Sena Madureira, para se tornar tabelião (D'Anzicourt, 1969).

Aportando com 32 anos no seringal Livre-nos Deus, Francisco das Chagas ficou muito conhecido entre os seringalistas do rio Purus, trabalhando no barracão sede e, devido à sua fama, incorporado nas lutas contra os peruanos no posto de Sargento. Manoel Pereira, que foi para o União com 30 anos, era lembrado por todos por sua grande produtividade de borracha, tendo sido autorizado a virar agricultor e a abastecer o seringal, fato único no levantamento, encarado como uma espécie de promoção.

É óbvio que ocupar tais lugares não significava necessariamente uma vantagem material, pois, no caso de José Alves de Souza, sua importância foi crucial para que precisasse viver “para sempre” no seringal Itu. Chegando ali com 31 anos em 1900, foi deslocado para a colocação Ingazeira. Com o passar do tempo, conseguiu saldo para ir se casar em Belém. Voltou ao Acre e tentou várias vezes retornar ao “Pará, mas em virtude do compromisso que tinha com seu patrão, o sr. Honório, nunca conseguiu e ficou ali para sempre”. Pelo seu empenho, quando faleceu, em 1971, foi enterrado no cemitério do seringal. Outro que tinha mais de 30 anos quando chegou foi José Gomes Nobre, que trabalhava no Bom Destino desde 1902, porém, diferente de José Alves, faleceu em 1924 “sem assistência médica, não sendo registrado óbito”.

O mais velho encontrado na pesquisa foi Candido Anacleto Galvão, que nasceu em Catolé do Rocha, Rio Grande do Norte, no mês de março de 1860. Veio para o seringal Vitória em 1899, ocupando um cargo intermediário de aviador dos irmãos Vitor e Antônio Nogueira Maia, no centro do seringal. Devido a essas suas atividades, que podem ser enquadradas como de gerenciamento do pequeno comércio, passou a trabalhar em vários seringais do vale do rio Acre até seu falecimento, em 1940 (Galvão, 1974; Nobre, 1968; Lima, 1971; Souza, 1974b).

Considerando que o trabalhador mais velho desse conjunto a chegar às terras acreanas tinha 39 anos, poderíamos dizer serem todos eles muito jovens. No entanto, os exaustivos, fisicamente violentos e pesados trabalhos a que essas pessoas deveriam se adequar naqueles anos iniciais do século XX faziam com que a expectativa de vida no Brasil fosse muito baixa. Ana Paula Belon Lima, em seu doutoramento, anota que, por volta de 1800, o tempo médio de vida dos brasileiros estava na casa dos 30 anos, e algumas notícias dão conta de que, em 1900, esse patamar pouco passava dos 33² (Lima, 2011, p. 61). Para os seringalistas, a mão de obra em tenra idade era muito mais necessária, porque

ela teria uma produtividade de vários anos. Veremos que muitos desses homens vão reclamar, na velhice, que estavam estropiados e fisicamente exauridos.

Ocupar os seringais ao longo das margens dos rios que dariam origem ao futuro Território Federal do Acre se mostrava, portanto, uma tarefa árdua, que requeria um grande contingente de pessoas vindas de longe, e por décadas seguidas. Bertoldo Nunes menciona que os primeiros ocupantes do Purus e seus afluentes chegaram no lugar denominado Campinas em 1857, o que pode ser uma data aproximada plausível. Ele era filho de Manoel Nunes Sobrinho, conhecido como Manduca Vaqueiro e dono do seringal Muiraquitã, tendo nascido na colocação Porto Central daquela propriedade em 1883.

Possivelmente, Nunes cresceu ouvindo histórias familiares a respeito dos pioneiros daquelas terras, desbravando-as dos povos indígenas. Lembra-se de que esses proprietários logo registravam os títulos das suas posses, comerciando com casas aviadoras de Belém e Manaus, o que lhes deu legitimidade para enfrentarem as tropas do governo peruano, que só chegaram naquelas paragens no começo de 1903 (Santos, 1975).

Por volta do 1900, já se tinha quase 40 anos de ocupação dos seringais com pessoas que vinham em sua maioria do Ceará. Daqueles que declararam suas origens, 91 trabalhadores chegaram daquele estado e alguns deles citam os municípios de Baturité, Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato e outros como locais de nascimento. Além deles, 24 vieram do Rio Grande do Norte, 13 eram paraibanos, nove amazonenses, oito libaneses (ou oriundos do Monte Líbano da Síria, como registram), sete pernambucanos, seis sírios, cinco vieram dos vales acreanos, o mesmo número veio de Portugal, quatro eram paraenses, dois baianos – o mesmo número de sergipanos e maranhenses –, um era paulista de Campinas e outro viera do Rio Grande do Sul. No que concerne aos estrangeiros, uma pessoa veio de cada um desses países: França, Espanha e Turquia. O restante não declara origem.

Crianças, jovens e homens maduros chegavam para trabalhar no Acre oriundos de vários lugares – inclusive uma quantidade expressiva de estrangeiros –, majoritariamente do Ceará. Considerando que a distância de Fortaleza a Rio Branco está na casa dos 4000 quilômetros, tratava-se de uma viagem hercúlea para os anos de 1900. Alguns historiógrafos lidam com esse movimento como sendo a expansão mais grandiosa das fronteiras brasileiras, tendo o Acre virado “palco de um intenso surto de ocupação humana e de exploração de recursos naturais, quando os bolivianos ainda não haviam lá chegado com os seus pioneers” (Tocantins, 2001, p. 192).

Existem, também, as clássicas avaliações estruturais acerca desse cenário.

O economista paraense Roberto Santos afirma que, desde os tempos do Grão-Pará, na década de 1740, o uso comercial da moeda não era corrente na Amazônia, logo, um regime de crédito foi se consolidando entre proprietários e coletores das drogas do sertão. O crescimento da exploração da borracha só fez com que essa rede se tornasse mais complexa, passando a ser chamada cadeia de aviamento. Ela garantia que os seringueiros ficassem presos por dívidas junto aos patrões, seringalistas, que exploravam os seringais a partir do financiamento mediado por casas aviadoras de Belém e Manaus e por investidores estrangeiros.

O historiador Pedro Martinello dialoga com essa perspectiva, acrescentando que o controle produtivo dessa cadeia não era determinado por seringalistas, mas pelos grandes trustes internacionais que se consolidam a partir da metade do século XIX, demandando matérias-primas de países periféricos para abastecerem suas indústrias. Como essa exploração era cara, a partir de 1910 esses conglomerados vão substituir a Amazônia pelo sudeste asiático como principal fonte de fornecimento do produto, tendo em vista que lá as fazendas de seringueiras eram substancialmente mais eficientes. A ênfase de Martinello reside, assim como Santos, na noção de que a cadeia de aviamento era caracterizada pelo trabalho compulsório dos seringueiros (Santos, 1980, pp. 160 e segs.; Martinello, 1985, pp. 251 e segs.). Não custa nos lembrarmos da fala de José Alves, citada acima, de que ele ficou preso para sempre no seringal Itu devido aos compromissos que tinha para com seu patrão, o que indica a coerção vital dessa cadeia.

VIAGENS, NAVIOS E OS RUMOS PARA UMA TERRA DISTANTE

Chegar nos rios Purus e Acre, vindos de tão longe, era uma experiência custosa. O acesso só se dava por via fluvial, com pequenas embarcações ou navios a vapor, que só subiam os cursos de água em períodos de cheia, sempre nas passagens de um ano para o outro. Quando um seringalista contratava determinado trabalhador, trazê-lo ao Acre demorava muito tempo, de alguns meses até um ano. Nascido no município cearense de Maranguape em 1888, Antônio Saturnino saiu de casa em fevereiro de 1901 e só foi chegar no Purus vários dias depois. Seu relato demonstra tanto a condição de vida precária em que vivia, no meio da seca, quanto as peripécias envolvendo uma viagem que parecia, no início, uma grande aventura:

Ainda bem moço e como me encontrava em situação precária de crise, naquela grande seca que reinava em todo Nordeste, fui convocado pelo seringalista Manoel Fernandes de Melo para vir trabalhar como seringueiro. Empolgado, não relutei e assim, em companhia de vários jovens da minha idade, embarquei com destino a região da Amazônia em princípios do mês de fevereiro de 1901, havendo embarcado em Fortaleza no navio denominado Brasil, do Lloyd Nacional Brasileiro. Chegando em Belém, passei alguns dias até a espera da embarcação destinada a este vale, havendo, finalmente, embarcado no navio Cacionã até Manaus e daí passei para o de nome Memoriar, prosseguindo viagem até o seringal Liège, passando logo a trabalhar na seringa, tendo como patrão o Cel. Dantas (Costa, 1969).

Foi arregimentado por um coronel, certamente devendo a viagem, e entregue a outro no rio Purus, incorporado imediatamente como seringueiro. No périplo entre Fortaleza e o Liège, ficou em algumas paradas em Belém e Manaus, esperando os navios de transporte. É possível que tenha permanecido em alguns armazéns portuários ou estalagens destinadas a servir de entreposto para esse trânsito. As condições nessas embarcações eram lastimáveis, tanto que Júlio Pereira conta que foi o único sobrevivente de uma peste que assolou o vapor Aripuanã em 1903. Tinha apenas 8 anos quando saiu do Pará nesse vapor com sua família, mas a certa altura do trajeto uma doença matou seu pai e sua mãe, ficando ele sem qualquer responsável e sendo entregue ao coronel José Ferreira de Araújo, dono do seringal Liberdade, no Purus (Souza, 1974c).

Esperando embarcações para a Amazônia, os retirantes cearenses aguardavam perambulando pelas praias de Fortaleza, aglomerados em praças e, quando embarcavam, os vapores eram lotados com centenas de pessoas. Tentava-se proibir o embarque de acometidos com doenças, muitas bagagens eram perdidas e famílias se desgarravam de alguns de seus membros, crianças inclusive. Franciane Gama Lacerda observou que, além dessas condições precárias, o Lloyd Brasileiro chegou a ser denunciado na imprensa em várias ocasiões, mas sem muito efeito (Lacerda, 2006, pp. 161-165).

Os estrangeiros que residiam no Acre e vieram trabalhar na cadeia de aviamento declararam, quando se fez o registro, terem vindo nas viagens do transatlântico Speria. É plausível que eles sássem de seus países e fossem reunidos em algum porto europeu de base, saindo daí para Belém ou Manaus. Ao que tudo indica, esse navio não era originalmente de passageiros, mas uma embarcação de cargas antiga naqueles idos de 1900, e que servia para o transporte de trabalhadores³. Bichara Baher foi o primeiro levantado que viajou

nessa embarcação, tendo chegado a Belém em 1901, vindo do Monte Líbano, Síria, e logo rumando para o Purus já como comerciante ambulante. Outro foi Manoel Gonçalves, que saiu de Melga, em Portugal, com 18 anos, e aportou no Brasil em 1903, numa viagem que incluía Isaac Jorge Sarquis e Said Hallack. Esses dois últimos viraram ambulantes no Pará, e somente meses depois seguiram para as terras acreanas (Alatrach, 1970; Caruta, 1974; Gonçalves, 1974; Iunes, 1974; Sarquis, 1969).

Foram identificadas 36 embarcações que subiam os rios Purus e Acre entre 1889 e 1903, sendo que 13 delas fizeram apenas uma viagem, ou seja, a rota tinha 23 navios correntes. O Índio do Brasil tem 15 viagens contabilizadas, o Marary e o Aripuanã, nove; a seguir, o Tapajós tem sete, enquanto o Cidade do Pará e o Tapauá contam com seis, o Prompto conta com cinco e, enfim, o Watrin conta com quatro viagens.

Os rios Acre e Purus eram relativamente bem movimentados, recebendo grandes navios todos os anos. Nas fichas, porém, existem alguns hiatos na chegada dos seringueiros entre 1889 e 1904, com um crescimento no biênio 1898/1899. A maioria aportou nas terras acreanas entre 1900 e 1902, montante que decaiu consideravelmente em 1903. A quantidade de seringueiros que registraram os anos de suas chegadas é: 1889 – três; 1890 – um; 1892 – dois; 1893 – três; 1894 – um; 1895 – dois; 1896 – três; 1898 – dez; 1899 – oito; 1900 – 41; 1901 – 36; 1902 – 52; 1903 – 14; 1904 – um. Como já referido anteriormente, essa amostragem é parcial, não se apresenta conclusiva, mas demonstrativa, e, nesse sentido, verifica-se uma tendência do movimento migratório de trabalhadores aos vales desses rios nos dois anos iniciais do século XX. Considerando haver relatos de ocupantes não-indígenas no final da década de 1850 no Purus, pode-se considerar que o fluxo de seringueiros para tais regiões era baixo e constante, assumindo um surto breve e caindo novamente em um espaço de quatro décadas.

VIDAS PRECÁRIAS

E qual o motivo que essas pessoas citam para vir trabalhar em terras tão distantes de onde nasceram? A pobreza em que viviam os motivava a saírem de casa, procurarem fontes alternativas de renda e, quem sabe, poderem voltar. Thomaz Carlos, que chegou no seringal Bom Destino em 1895, escreveu: “Como todo nordestino que para estes lados pendiam, o desejo de Carlos Machado, pai de Thomaz Carlos Machado, era voltar para o Ceará”. Mas, infelizmente, esse objetivo não foi concluído. Permaneceu como seringueiro na Amazônia

até sua velhice. A afirmação de Thomaz Carlos, de que os nordestinos almejavam voltar para seus lugares de origem, indica um sentimento de pertencimento muito forte, superado, contudo, pela miséria. O potiguar Manoel Benevenuto era um adolescente quando ele e seu pai resolveram vir buscar melhores ganhos como seringueiros, porque viviam na pobreza extrema. Mesmo para dois homens sozinhos, a vida era bastante precária no Rio Grande do Norte (Machado, 1974; Melo, 1969).

Outro que veio com seu pai foi Pedro Ferreira Gomes. Ambos chegaram do Ceará em 1890 para se fixarem no Bom Destino. Este declarou viverem na precariedade, porém, como seringueiros conseguiam um volume alto de produção da borracha, “gozando de grande conceito junto ao barracão”, tanto que, em 1906, foram para Cruzeiro do Sul, onde adquiriram uma pequena gleba (Gomes, 1971). O relato de José Felipe Nery capta bem essa situação de cearenses, pernambucanos e outros que, vivendo na pobreza, buscavam meios mais adequados de sobrevivência. Sua fala demonstra, também, um senso de oportunidade, aventura e crítica social mais ou menos explícita em alguns adjetivos bem demarcados:

José Felipe Nery, encontrando-se em Recife, Pernambuco, sua terra natal, sem recursos para sobrevivência, foi informado por seringalistas que sempre permaneciam naquela terra, muitos deles em busca de saúde em visita a parentes ou mesmo rever a boa terra, fazendo turismo, se refazendo das lutas quotidianas, muitas vezes aliciando nordestinos para o trabalho na extração do látex, quando foi influenciado para trabalhar no Acre, onde havia muitas possibilidades para ganhar dinheiro, com possibilidades de retornar a terra natal com algum recurso (Nery, 1974).

O objetivo era voltar à boa terra após ganhar dinheiro como seringueiro, algo imprescindível para Nery, que gostaria de se sustentar, “sem ser pesado aos seus familiares”. Queria seguir o exemplo de outros conterrâneos, “que aqui estiveram e voltaram com capital para se estabelecerem no Recife ou no interior”. Afirma que ficou “empolgado pelos cantos das sereias através das informações colhidas” e, quando prestou seu depoimento, estava com 92 anos em 1974, vivendo ainda no Acre e completamente sem recursos.

Esse idoso elabora, dentro dessa fala, uma avaliação retrospectiva explorando a opulência em que os seringalistas viviam, passeando pelas praias, visitando parentes, fazendo turismo. Escolhiam os jovens justamente por serem destemidos, mas, também, imprudentes, caindo nesses cantos de sereia alicia-

dores, que inventavam histórias de sucesso acessíveis a qualquer aventureiro. Ledo engano. Nery jamais retornou e, pelo que consta, morreu antes de conseguir a pensão por lutar na incorporação do Acre ao Brasil.

A família toda de Cícero Ferreira saiu de Juazeiro do Norte na virada do ano de 1900 para procurar novas oportunidades. Diz que todos foram influenciados pelo “Eldorado amazônico”, escutando histórias similares com aquelas que encantaram Nery. Esse encantamento era parcial, porque aqueles trabalhadores tinham informações parciais sobre a Amazônia, mas, também, não vislumbravam muitas escolhas em meio à pobreza em que se encontravam. Antônio Severiano de Lima diz que, para fugir da pobreza, veio para o Bom Destino em 1901 trabalhar como seringueiro produzindo borracha, “destinadas à exportação para os Estados Unidos da América do Norte e ao mercado europeu”. Nessa faina, continuou por longos anos como extrativista vegetal e, apesar de fabricar para exportação, permaneceu pobre e foi alquebrado pelos anos de trabalho pesado (Aguiar, 1974; Lima, 1974a).

Até mesmo os estrangeiros relatam as dificuldades materiais, que os compeliavam para atravessar o Atlântico em busca de oportunidades. O palestino Tufic Salim Abuaiche veio pobre com seus pais para Belém, mas vendo sua família em desamparo, resolveu partir para o seringal Vitória, onde trabalhava na cozinha do barracão sede. Azar Hadad veio com seu pai, João, e mãe, Dibe, para o Brasil, em 1889. Eram pobres e fizeram uma escala em Manaus, onde passaram a trabalhar no comércio de José Fadul. Poucos anos depois, ele os trouxe para serem seringueiros no Acre e Azar, mesmo muito criança ainda, teve que trabalhar como caixeiro de seu patrão. Já o português Manoel Joaquim Lopes fez um verdadeiro périplo intercontinental para chegar ao seringal Santa Fé, no rio Acre, em 1899. Saiu de Portugal com 16 anos, desprovido de qualquer recurso, indo para o Rio de Janeiro. Sem conseguir um assentamento na então capital brasileira, foi a Belém tentar a sorte com o comércio da borracha e, daí, partiu para se tornar seringueiro. Com o trabalho duro, conseguiu se tornar gerente, mas, ao que tudo indica, sem sucesso, tendo chegado à velhice em condição de penúria econômica (Abuaiche, 1971; Lopes Filho, 1974; Hadad, 1980).

Poucas dessas pessoas relatam a seca no Nordeste⁴ como um fator determinante para que emigrassem para a Amazônia, algo que a historiografia naturalista coloca como preponderante. O fator primordial era a condição de precariedade material em que viviam e, pelo que se percebe, não foi sanada com o desbravamento de seringais longínquos. Chegados, portanto, das mais variadas localidades, esses pobres jovens vindos de longe ocuparam regiões

imensas e, a despeito das dificuldades de locomoção, não havia no rio Purus e afluentes, em 1906, nenhuma área não ocupada.

GÊNERO NOS SERINGAIS

E as mulheres nos seringais dos vales do Purus e Acre, onde estavam? Existiam as esposas, filhas e parentes dos seringalistas, que viviam nos barracões, mas sobre elas não foram encontradas informações para essa região nas fichas. Temos, contudo, os relatos dos filhos que vieram com suas mães. Eram na maioria solteiras, com um ou mais filhos, que saíam do Ceará, do Rio Grande do Norte e etc., embarcando nos vapores, procurando algumas atividades nos distantes seringais. Em 1898, a cearense dona Maria Antonieta Pereira chegou ao seringal Bom Destino com seu filho pequeno, Pedro Xavier.

Ele conta que “ali ficamos trabalhando na sede do barracão, sendo minha mãe como ajudante de cozinheira, lavando e passando roupas da família do patrão e eu como condutor de água”. Xavier se especializou ainda na caça de animais silvestres e na pesca, que compunham a alimentação, e os dois permaneceram nesses afazeres, mesmo nos combates. Sua mãe lavava a roupa dos oficiais do exército acreano e ele tinha que fugir dos piquetes bolivianos, dizendo, em seu relato, que gostaria que a dupla fosse reconhecida como soldados da revolução por essas tarefas (Teixeira, 1973).

O idoso Pedro Xavier, em seu relato de setembro de 1973, expõe como as mulheres realizavam funções essenciais com seus filhos, mas que nem sequer eram reconhecidas por isso. De maneira parecida, mas no seringal Muiraquitã, no Purus, temos Antônio Victor Pereira, que era carregador de água, caçador, e sua mãe, doméstica do barracão onde aportaram em 1903, vindos do Rio Grande do Norte. Ele era um pouco mais velho, contando com 17 anos, e, quando acabaram as hostilidades, foi com sua mãe, dona Jardimina, para uma colocação completamente virgem, onde construíram uma casa, dando ao lugar o nome de Esperança. Sobre seu pai, disse ter destino ignorado. Por fim, Virgílio Felix conta que chegou do Rio Grande do Norte em 1902, contando na época com 18 anos. Ele foi alocado como comboieiro do seringal e sua mãe, Umbelina de Lima, seguiu para ser cozinheira, lavadeira e doméstica no barracão. Viajou à Amazônia com o filho porque tinha enviuvado recentemente (Pereira, 1975; Souza, 1975).

Essas mulheres e seus filhos, buscando sobrevivência em lugares distantes, atuavam em áreas preponderantes nos seringais. Apesar de não contarem com o reconhecimento devido, expressam suas resistências e esperanças por dias

melhores (o nome da colocação que Antônio e Jardilina abriram é um indício forte disso). Cristina Scheibe Wolff, olhando retrospectivamente sua tese de doutoramento e os movimentos de mulheres no Acre no final da década de 1990, diz que não é pequena a importância das divisões de trabalho entre homens e mulheres na formação dos seringais no início do século XX.

Conta que, no imaginário da região, essas unidades produtivas não tinham lugar para mulheres. Melhor dizendo, não havia mulheres, somente o patrão e seus empregados, como está expresso nas posições do coronel Cipriano, no livro *Coronel de Barranco*, que dizia não querer fêmea ou bicho em seu seringal. Com mulheres, como o seringueiro iria trabalhar na produção de borracha, se perguntava, porque assim viraria agricultor.

No vale do rio Juruá, em 1905, as mulheres representavam 27% da população, não incluindo os povos originários, sendo que uma grande parcela residia na cidade de Cruzeiro do Sul. Dentro dos seringais, elas residiam, em sua maioria, nos barracões sedes das propriedades, frisando que os seringais implantados nesse primeiro momento tinham por objetivo exclusivo a produção de borracha e a sua troca por mercadorias importadas, que geravam grandes lucros aos patrões e às firmas aviadoras. Recordamos brevemente que, no citado censo de Cunha Matos feito em 1903, encontra-se cerca de 36% de mulheres na área do vale do rio Acre entre Xapuri e o Volta da Empreza, vila que daria origem à capital acreana, Rio Branco. O levantamento de Paravicini, feito três anos antes e com área de abrangência muito maior, verificou existirem pouco mais de 18% de mulheres do total da população no vale do Acre.

Com a crise da cadeia de aviamento ao longo da década de 1910, o seringal deixou de ser uma empresa seringalista. Ele era um conjunto que ia do patrão ao seringueiro, passando pelos demais empregados, funcionando como uma fábrica de borracha. Nessa época, porém, a figura do patrão perdeu força e a unidade produtiva passa a ser a colocação, na qual as famílias gerenciam a produção com suas divisões de trabalho entre homens e mulheres. A caça, a pesca e o extrativismo vegetal se diversificaram para além do fabrico da borracha (Wolff, 2001, pp. 247-248).

Uma mulher contrária a essa representação que negava o papel das mulheres nos seringais foi Maria Antas Pereira, que, ao que tudo indica, foi a única a solicitar pensão como veterana das guerras pela anexação acreana ao Brasil. Era negra, paraibana e nascida no ano de 1887, tendo vindo ao Acre com seus tios em 1902. Como algumas já citadas, também se fixou no Bom Destino, atuando, porém, como doméstica para seus parentes. Mas, quando

Rebentou a revolução acreana, chefiada pelo Cel. José Plácido de Castro, eu e muitas outras senhoras, fomos levadas ao barracão e lá fomos apresentadas ao Sargento, mais tarde Tenente, José Inácio, e ficamos sob às ordens dele lavando roupas e servindo no serviço de rancho do barracão, que se transformou em quartel (Pereira, 1969).

Logo após terminadas as querelas, foi embora para o Ceará. Casou-se, teve filhos e retornou ao Acre em 1942. Em 1969, com 82 anos, viúva, ingressava com um pedido para ser reconhecida como ex-combatente da revolução junto ao Ministério da Justiça, vindo “mui respeitosamente” solicitar a pensão vitalícia. Não se sabe se dona Maria Antas atingiu seu objetivo, mas é provável que não, porque sua ficha guarda apenas os documentos iniciais, sem falar na sua idade avançada. As atividades de doméstica, segundo observa Antas, a qualificavam como uma legítima combatente acreana e, além disso, sua posição indica que as demais mulheres nessas atividades poderiam ser entendidas como tais também, porque formavam literalmente um batalhão, com ordenamento e hierarquias. Essa era apenas mais uma área de resistência das mulheres naquele Acre do início do século XX. Fabiana Nogueira Chaves e Maria Rita de Assis César observam que elas tinham que lidar com muitas atrocidades físicas, como estupro recorrentes praticados por seringalistas e seringueiros, assim como agressões psicológicas (Chaves; César, 2019, p. 151).

Esses contextos de agressões multidimensionais contra mulheres de fato perduraram no Acre, assentando uma sociedade patriarcal, tanto que, em 1951, encontra-se um caso, dentre muitos outros, que demonstra isso. Naquele ano, a criança Sebastiana Santos denunciou, na capital Rio Branco, Manoel Francisco Braz, com quem namorava, o qual, da última vez em que se encontraram, a agrediu, causando-lhe hemorragias. Ele a abandonou grávida. Rebatendo os argumentos da vítima, ele disse que ficou noivo e que ela teria tido inúmeros namorados, andando sempre acompanhada com mulheres de índole duvidosa.

O promotor de justiça Raif Cunha Lima, porém, dá andamento à investigação, mas, a certa altura, é substituído do caso por José Potyguara, que declara que essas diligências não tinham sentido, visto que atendiam uma “pseudo-vítima” despossuída de qualquer credibilidade. Ele declara que, sendo Sebastiana uma libertina, esses depoimentos não serviam como prova, e encaminha a absolvição do acusado. O que se verifica, portanto, é um compromisso de gênero, expresso nas falas e posições de homens que se defendem mutuamente, independentemente das suas condições sociais. Potyguara e Braz não são da mesma classe social, talvez nem mesmo se conhecessem, mas o

promotor defende obstinadamente um homem em prol da moral e dos bons costumes (Klein, 2020, pp. 279-281).

CATEQUIZANDO POVOS ORIGINÁRIOS

Os povos tradicionais dos vales de rios no Acre aparecem nos relatos em um dado momento como selvagens, ao lado de animais ferozes, ou, na maioria das vezes, como objetos de catequização. Índios como adversários ferozes, que devem ser exterminados, são citados na fala de Manoel Gonçalves, português que chegou ao rio Purus em 1902. Conta que, naquele ano, os seringueiros já eram posseiros desse rio e de seus afluentes, fixando “residências, lutando contra índios e feras pelo tempo que ali se achavam”. Informa que, desde a chegada de Manoel Urbano da Encarnação, o primeiro navegante não indígena daquela região, esses povos foram sendo combatidos sistematicamente (Gonçalves, 1974).

Nas *Efemérides Acreanas*, um conjunto de notas historiográficas nas quais estão apontados fatos cronologicamente organizados sobre a ocupação do Acre, registra-se que o Purus foi alcançado pela primeira vez em 1857, numa expedição chefiada por Serafim Salgado. Manoel Urbano, no que lhe concerne, subiu até a foz do Chambuyaco, no Peru, em 1861. A ocupação até o Iaco aconteceu em 1880 e a da foz do Breu em 1891, quando João Dourado e Balduino de Oliveira instalam ali um seringal (IHGA, 1971, pp. 2-3). As pesquisas apontam que essas viagens, e outras mais, tinham o objetivo de reconhecimento daquela grande zona e da pacificação dos povos ali residentes (Araújo; Sugi-zaki, 2020, p. 639).

Ao lado das emboscadas contra os povos tradicionais e concomitantemente a elas, a pacificação era lavada a cabo através do comércio e da catequização. Em uma tese fundamental sobre esse tema, Antônio Cardoso aponta que Manuel Urbano era um adepto da catequização coercitiva dessas populações, um método de contato preferível ao extermínio puro e simples (Cardoso, 2017, p. 148). Esse método menos invasivo de contato, ao que tudo indica, se difundiu ao ponto de alguns seringueiros que lutaram pela incorporação do Acre se declararem catequizadores de índios.

Um desses que se declarava catequizador era Antônio Rodrigues, que chegou ao rio Juruá vindo do Ceará em 1902. Aprendeu a profissão trabalhando com mais 30 homens sob o comando de Felizardo Avelino Cerqueira (Rodrigues, 1969). Cerqueira praticava as correrias, ou seja, exterminava índios em emboscadas, os catequizava e, em muitos casos, aqueles que trabalhavam para

ele, principalmente os Kaxinawá, eram marcados a ferro quente com suas iniciais (Iglésias, 2008). O foco dos catequizadores, porém, era o povo Jamamadi, habitante de uma grande área do médio Purus entre o Amazonas e Acre, rica em recursos naturais para o extrativismo da borracha.

Os catequizadores atuavam em expedições, durante as quais essa população era contatada para liberar determinados rios e igarapés afluentes do Purus. O amazonense Vicente de Queiroz informa que, em 1915, chefiou uma dessas expedições, ajudando a liberar o curso navegável do Capanã. Depois desse trabalho, foi morar na foz do Iaco, onde permaneceu em contato com os Jamamadi, ganhando até mesmo um certificado de catequizador (Queiroz, 1975). Outro catequizador dessa população foi Vicente Curunil, que residia no seringal São Miguel em 1902. Ali chefiava duas tribos em conjunto com o tuxaua Antônio José dos Reis. Naquele ano, esses dois homens se apresentaram aos líderes das revoltas contra os bolivianos e lutaram ao lado dos seringueiros. Quanto terminou os combates, voltou ao seringal, e os índios às suas aldeias, continuando seu catecismo (Curunil, 1968).

Ingrid Daiane Pedrosa de Souza nos lembra das dificuldades de se estabelecer um histórico preciso a respeito das muitas localizações e grupos dos Jamamadi no início do século XX, enfatizando a necessidade de superação dos recortes etnológicos preestabelecidos. Isso porque as memórias atuais desse povo guardam relatos de que, naqueles anos, “outras gentes” foram sendo incorporadas com abrigos e casamentos, pois vagavam pelas florestas, desgarradas devido aos conflitos. Eram os tempos das avós, anos de guerra generalizada, com migrações forçadas, proibições impostas, conflitos internos e assentamentos dos seringais. Muitos deles trabalhavam esporadicamente, executando tarefas sazonais, recebendo alguns produtos de escambo e retornando às aldeias. Como muitos relatos demonstram um saudosismo para com os patrões da época da borracha, os índios atuais entendem seu papel de protagonismo na economia extrativa desse produto (Souza, 2015, pp. 12; 109-118). Percebe-se que as reduções catequizadoras tiveram um papel de mitigar maiores violências, relativizando determinadas violações e garantindo contatos menos sanguíneos entre seringalistas, seringueiros e Jamamadi.

Para povos tradicionais, todo esse processo de ocupação projeta “uma imagem razoavelmente nítida da brutalidade com que o seringal invadiu a região Apurinã”, como tão bem analisou determinada pesquisadora (Schiel, 1999, p. 28). Apesar dessa característica paternalista das missões, elas foram localizadas, porque as experiências sociais de ocupação dos vales nos rios estudados são de extrema violência para com essas populações originárias, exploração

avassaladora dos seringueiros e todo um conjunto de fatores vinculados à atração de trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro tema a ser levantando nessas considerações é que o trabalho foi o principal problema das trajetórias dos seringueiros, pois a busca pela manutenção adequada em mundos empobrecidos materialmente e com fortes redes de exploração tornava as condições de vida precárias para aqueles trabalhadores. As fronteiras abertas pelos seringais nos vales dos rios Acre e Purus eram espaços novos, nos quais se vislumbrava alguma oportunidade, mas elas se mostraram fracas no sentido de fornecer alguma segurança econômica.

Quando se entende que as pessoas constroem seus contextos e igualmente são por eles determinadas, deve-se mudar o foco e buscar pesquisas qualitativas. Aqui, pretendeu-se elaborar essa guinada, procurando-se focalizá-las com o máximo de profundidade. Assim, pudemos enfrentar assuntos espinhosos, deixados muitas vezes de lado. Os confrontos das mulheres, suas buscas por melhores vidas e pelo reconhecimento de seu trabalho devem ser discutidos pela historiografia. Nesse sentido, pudemos também encontrar, nos vales acreanos, os fenômenos da violenta pacificação dos povos originários através da catequização, um tema que deve ser somado ao extermínio mais direto.

A perspectiva é de que as várias amazônias ainda geram discussões, mesmo em questões aparentemente superadas, como é o caso das cadeias de aviação da borracha. Como contribuição, procuramos salientar que a historiografia deve performar por um viés que deixe margens às vozes do passado, e isso não será possível com generalizações sem lastro documental empírico.

REFERÊNCIAS

- ABUAICHE, Tufic Salim. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1971.
- AGUIAR, Cícero Ferreira de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- ALATRACH, Alexandre Hassny. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1970.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006.

- D'ANZICOURT, Júlio Romeo. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). Rio Branco. 1969.
- ARAÚJO, Ademar Santos de; SUGIZAKI, Eduardo. O Alto Purus e o seringueiro, sua memória, sua história. *Revista Habitus*, Goiânia, n. 02, v. 18, pp. 635-650, jul./dez. 2020.
- ALENCAR, Francisco Carlos de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1975.
- CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *O Eldorado dos deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- CARUTA, Almeida. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre. Fundo IHGA; Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- CHAVES, Fabiana Nogueira; CÊSAR, Maria Rita de Assis. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. 2, pp. 138-156, jan./jun., 2019.
- COSTA, Antônio Saturnino da. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1969.
- COSTA, Francisco Vitoriano da. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- CURUNIL, Vicente. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1968.
- DA ESCÓSSIA, Fernanda. Brasileiro ganhou mais 35 anos. Folha de São Paulo Especial. 30 set. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj3009200302.htm>. Acesso em: 9 jul. 2022.
- GALVÃO, Candido Anacleto. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- GOMES, Pedro Ferreira. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1971.
- GONÇALVES, Manoel. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. Brasília: IBAMA, 2003.
- HADAD, Azar. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1980.
- IGLÉSIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

- IHGA. Efemérides acreanas 1857/1971; Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral/Departamento de Geografia e Estatística. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1971.
- IUNES, Bichara Baher. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- KLEIN, Daniel da Silva. “Não pode ser uma vestal a moça que passeia com namorados”: abusos sexuais contra meninas menores de idade em Rio Branco, Acre (1950-1953). *Dimensões*, Vitória, n. 44, pp. 264-292, jan.-jun. 2020.
- KLEIN, Daniel da Silva. *A borracha no Acre: economia, política e representações (1904-1945)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Ana Paula Belon. *Mortalidade e expectativa de vida: tendências e desigualdades sociais*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.
- LIMA, Antônio Severiano de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974a.
- LIMA, Emídio Ferreira. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974b.
- LIMA, Manoel Pereira. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1971.
- LOPES FILHO, Manoel Joaquim. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- MACHADO, Thomaz Carlos. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- MARTINELLO, Pedro. *A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico*. Rio Branco: UFAC, 1985.
- MASCARENHAS, Gaspar. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1975.
- MATOS, Cunha. Relatório de governo. Rio Branco (Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Acre). 1904.
- MEDEIROS, José de Souza. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1975.
- MELO, Manoel Benevenuto de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1969.
- THE NATIONAL ARCHIVE. Speria. s.d. Disponível em: https://discovery.nationalarchives.gov.uk/results/r?q=speria&_sd=&_ed=&_hb=. Acesso em: 11 jul. 2022.

- NERY, José Felipe. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974.
- NOBRE, José Gomes de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1968.
- PARAVICINI, José. Relatório de governo. Rio Branco (Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Acre). 1900.
- PAULA, João Sabino de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1973.
- PEREIRA, Antônio Victor. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1975.
- PEREIRA, Maria Antas. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1969.
- QUEIROZ, Vicente Leopoldo de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1975.
- RODRIGUES, Antônio Manoel. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1969.
- SANTOS, Antônio José dos. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1979.
- SANTOS, Bertoldo Nunes dos. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1975.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARQUIS, Isaac Jorge. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). Rio Branco. 1969.
- SCHIEL, Juliana. *Entre Patrões e Civilizadores: os Apurinã e a política indigenista no médio rio Purus na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1999.
- SOBRINHO, Antônio Rodrigues. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). Rio Branco. 1960.
- SOUZA, Euzébio de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974a.
- SOUZA, José Alves de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974b.
- SOUZA, Júlio Pinheiro de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1974c.
- SOUZA, Virgílio Felix de Lima e. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1975.
- SOUZA, Ingrid Daiane Pedrosa de. *Gentes da mata: histórias, alteridades e socialidades entre os Jamamadi do médio Purus*. Dissertação (Mestrado em Antropologia

Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

TEIXEIRA, Pedro Xavier. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Instituto Histórico e Geográfico do Acre). 1973.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Vol. 2. 4. Ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe. A construção da sustentabilidade nos seringais em crise: uma questão de gênero. Alto Juruá, Acre/Brasil: 1912 a 1943. *Projeto História*, São Paulo, v. 23, pp. 243-261, 2001.

NOTAS

¹ Para ele, os seringais e suas forças produtivas eram determinadas por essa territorialidade, controlada pelos seringueiros até a década de 1940. A partir daí ela entra em decadência, dando espaço para uma territorialidade seringueira, que se verifica com maior ênfase entre 1970 e 1980, quando esses trabalhadores assumem uma experiência coletiva de resistência e defesa dos seus modos de vida frente à expansão pecuarista na Amazônia.

² Notícia extraída de Da Escóssia (2003). Ana Paula Belon Lima (2011) nos informa que, em 1940, a expectativa chegava aos 44,9 anos, passando para 68,6 em 2000.

³ O Speria aparece em um banco digital de pesquisa, o The National Archives da Inglaterra (s.d.).

⁴ Não adentramos no debate sobre a invenção do Nordeste, mas ele existe. A este respeito, conferir Albuquerque Júnior (2006).



Artigo submetido em 13 de agosto de 2021.

Aprovado em 24 de maio de 2022.